

# Cabral, poderoso e hábil redator da Constituição

Parlamentarista, tem, de sua própria lavra, um projeto em que implanta tal regime de governo no Brasil. Liberal, defende a livre iniciativa e condena a estatização da economia, pretendendo que a intervenção do Estado se limite a serviços essenciais como petróleo, gás e eletricidade. Legalista, preconiza um mandato de seis anos para Sarney, porque assim estabelece a atual Constituição. Moderado, prega um mandato presidencial Quinquenal, como na Constituição de 1946.

Assim é o homem que, desde quinta-feira passada, forma, ao lado do presidente Ulysses Guimarães e do líder Mário Covas, o trio mais poderoso da Constituinte. José Bernardo Cabral, amazonense, 56 anos, casado, um filho, dois netos, não pretende trabalhar isolado como relator da poderosa Comissão de Sistematização da Constituinte, querendo contar com a colaboração do deputado Pimenta da Veiga e do senador Fernando Henrique Cardoso os dois pretendentes ao lugar que derrotou na eleição de bancada, na qual o cargo foi disputado. Mas isso não quer dizer que ele queira abrir mão dos extraordinários poderes, que o regimento interno — aliás, preparado por um de seus adversários na disputa, Fernando Henrique, o líder do PMDB no Senado — lhe confere. Muito pelo contrário. Ele tem plena consciência do poder que tem nas mãos e garantiu ontem, em Manaus, que vai usá-lo exclusivamente em benefício do povo brasileiro.

Se Ulysses Guimarães tem poder nas mãos porque a Mesa controla as sessões em plenário com autoridade quase monárquica e Mário Covas dispõe da capacidade de articular sob sua liderança a bancada majoritária na Constituinte, a este amazonense caberá o poder, não menos importante de redigir o texto final da Constituição, que se prepara em Brasília, nos salões e corredores do Congresso Nacional desenhados na prancheta de Oscar Niemeyer. Para isso, Cabral não conta com os dotes extraordinários de um redator com intimidade fluente com o vernáculo nem mesmo com o saber de um jurista incontestado. A maior qualidade do principal redator da Constituição é sua extraordinária capacidade de formar equipes, aglutinando pessoas e tirando o melhor que pode delas.

É essa habilidade política que levou um amazonense tranquilo e encantador a levar o poderoso dr. Ulysses Guimarães à sua segunda e seguida derrota dentro da bancada do próprio partido, que o veterano político paulista preside tão clementemente. "Você pode combater Bernardo, mas é completamente impossível não gostar dele", diz um antigo adversário político do relator dentro da Ordem dos Advogados do Brasil. Talvez tenha sido essa capacidade de encantar que haja congregado em torno de sua figura o mais eclético naipe de apoios que já se viu no Congresso. Seus adversários disseminaram a informação de que o próprio ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, pediu votos para seu nome, que, no segundo escrutínio, foi sufragado pelo esquerdista Fernando Gasparian e pelo centrista Expedito Machado, pelo líder rebelde Mário Covas — de quem foi vice-líder nos anos 60 — como pelo habilidoso contemporizador José Richa.



ROCHA

## Um passarinho feio e frágil

A eleição de quinta-feira, adiada duas vezes por insistência de seu adversário Fernando Henrique Cardoso, que caiu fora no primeiro escrutínio (no qual Cabral e Pimenta da Veiga, o candidato de Ulysses, empatarem rigorosamente em 86 votos), não foi a primeira prova da habilidade de um político cassado pela Revolução e simpático a um comandante militar. Afinal, ele usou o mesmo discurso surrado e pouco vistoso, no qual invariavelmente se compara a um pássaro feio, frágil e sem voz, que se vê obrigado a lançar seu canto na algaravia de belas aves de voz sonora na floresta amazônica, da qual se origina, para derrotar o jurista Sepúlveda Pertence na eleição para a presidência do Conselho Nacional da OAB por 19 votos a 7, em 1981. E seu atual companheiro na Comissão de Sistematização, o presidente Afonso Arinos de Mello Franco, também já conheceu os efeitos devastadores desse discurso simplório: nos anos 70, Cabral o venceu numa disputa, na qual foi escolhido o orador numa cerimônia do Instituto dos Advogados do Brasil. Esta não é também a primeira vez que Cabral se impõe a um presidente: em 1978, conseguiu intronizar-se como secretário-geral na chapa lida com imbatível, presidida por Eduardo Seabra Fagundes.

O nome de Bernardo Cabral está ligado à Ordem dos Advogados do Brasil, até porque em sua gestão a OAB interpretou liberalmente seus estatutos que proíbem a participação política, para defender "diretas já", convocação da Constituinte e revogação das leis excepcionais do "entulho autoritário". É também condição profissional que explica um dos mais marcantes traços de seu caráter: a tolerância. O advogado, acostumado a ouvir as partes e a esperar a decisão do juiz, antes de concluir pela verdade, é também o liberal, que os adversários acusam de ser até indefinido ideologicamente, tal é a simpatia que mostra, ao ouvir as discordâncias alheias.

Essa tolerância não é, contudo, nem pode ser interpretada como uma falta de definição política. Antes de atuar na OAB, Bernardo Cabral já era político profissional. Em 1962, elegeu-se deputado estadual no Amazonas pelo PTB de Vargas e, quatro anos depois, desembarcou em

Brasília com um mandato de deputado federal pelo MDB. Perdeu o mandato por defender ideias progressistas no auge da ditadura militar, mas é um homem sobre o qual até os amigos mais íntimos temem dar uma definição ideológica muito precisa. Certamente é um homem de esquerda. Mas principalmente é um moderado, um liberal.

Na qualidade de relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, o candidato, que levou a maioria centrista do Congresso à primeira vitória numa semana eleitoral marcada por avanços à esquerda, promete defender as causas públicas dos negros e dos indígenas e "os reais interesses do povo brasileiro". Essa linguagem imprecisa é uma garantia de que interesses pessoais ou de grupos não deverão pesar na escrivania, sobre a qual chegarão os papéis das comissões e da qual sairá o texto a ser debatido no plenário, na votação final.

A Comissão de Sistematização, conduzida pelo processo constituinte, vai eliminar as repetições dos textos que vierem aprovados das oito comissões temáticas e, para isso, reconhece-se em sua habilidade a precisão de um estilista imparcial. Charmeur, dono de bom ouvido e usuário de língua contida, Cabral tem a exatidão de 35 anos de militância no Fórum e dois anos à frente da OAB nacional (1981/83) justamente no período mais intenso da gestão do atual regime de transição.

Estas credenciais levaram a bancada de centro do PMDB, articulada por seu amigo pessoal, Expedito Machado, do Ceará, abertamente, e pelos senadores Mário Covas e José Richa, quase sigilosamente, a transformar seu nome em bandeira numa disputa com a esquerda, representada por Pimenta da Veiga, candidato de Ulysses Guimarães. Esta batalha sempre se mostrou muito difícil. Desde o início do ano, ele pôs na cabeça que seria o relator da principal Comissão da Constituinte. E só sossegou quando, na quinta-feira desta semana, depois de passar pelo segundo escrutínio, recebeu da bancada a carteira com a qual escreverá o mais importante texto da Ristória política brasileira dos últimos 40 anos.

# Ulysses perde bancada, mas mantém o partido

FLAMARION MOSSRI

Ulysses Guimarães pode estar perdendo o controle da bancada, mas ainda não perdeu o controle do PMDB. Esta é a opinião de um dos mais importantes parlamentares Peemedebistas, duvidando da informação de que o veterano político paulista já teria perdido o controle do partido.

A recente manifestação de quatro governadores moderados do PMDB — São Paulo, Minas, Rio e Mato Grosso do Sul — logo depois seguidos pelo do Amazonas — de pedir ao presidente Sarney de alguns ministros, principalmente a de Dilson Funaro, mostrou que nem mesmo os governadores recém-empossados estão entrosados com a direção partidária — observou o deputado Fernando Lyra.

Se a Comissão Executiva Nacional, numa hipótese remota, pretendesse impor sua autoridade, submetendo Orestes Quéricia, Moreira Franco, Newton Cardoso e Marcelo Miranda ao conselho de ética partidária — eles contestaram decisão oficial do partido, de apoio ao ministro da Fazenda — não haveria condições para isso.

O PMDB desativou o seu conselho nacional de ética partidária. A

última diretoria do órgão, eleita em 1984, teve o mandato extinto em abril de 1986 e não houve eleição para indicar novos dirigentes.

O PMDB continua uma "frente" partidária. Na Assembleia Constituinte há diversas facções internas na bancada peemedebista e, fora, começa a se organizar uma nova força dentro do partido — os governadores.

Há divisão nas bancadas e há divisão entre os governadores. Pedro Simon, do Rio Grande do Sul; Waldir Pires, da Bahia; Pedro Ivo, de Santa Catarina; e Tasso Jereissati, do Ceará, são considerados os mais ligados a Ulysses Guimarães. Os governadores classificados como independentes à liderança do presidente do partido são Miguel Arraes (PE), Max Mauro (ES), Henrique Santillo (GO), Carlos Bezerra (MT), Newton Cardoso (MG), Orestes Quéricia (SP), Moreira Franco (RJ), Epitácio Cafeteira (MA), Geraldo Mello (RN), Tarcísio Burity (PB), Alberto Silva (PI), Hélio Queiros (PA), entre outros.

De qualquer forma, quase todos os governadores defendem — pelo menos publicamente — mandato de seis anos para Sarney, à exceção de Waldir Pires, Pedro Simon, Alvaro Dias e alguns outros. Para Ulysses

Guimarães, o mandato ideal seria de quatro ou cinco anos.

Os governadores, os mais e os menos ligados a Sarney, não estão dando sinais de fidelidade a Ulysses Guimarães. Pelo contrário. O pedido de "degola" de Dilson Funaro do Ministério da Fazenda deixou Ulysses muito irritado, a ponto de fazer o desabafo: "Nunca vi, em toda a nossa história, fato tão grave". A gravidade, no caso, teria várias explicações: a rebelião contra um auxílio direto do presidente que está no Exterior negociando a dívida externa; a "ousadia" de governadores pressionarem o presidente a mudar o Ministério; e a desimportância que governadores do PMDB deram à posição oficial do partido, de apoio a Funaro.

No partido, governadores à parte, duas "estrelas" estão em franco crescimento — os senadores Mário Covas e José Richa. Na bancada do PMDB na Constituinte, a liderança de Covas é indiscutível. Richa aparece sempre ao seu lado, principalmente para garantir a eleição de Bernardo Cabral para relator geral da Comissão de Sistematização. As esquerdas cobram de Ulysses o imobilismo do partido; o centro acha que Ulysses se acomodou, e a direita afirma que Ulysses só está pensando nele.

## Divisão interna fica para depois

Somente com o desenvolvimento dos trabalhos da Constituinte a divisão interna do PMDB ganhará cores concretas. Deverá pesar o fator ideológico — na discussão de questões sócio-econômicas.

Por enquanto, ninguém admite a imposição do novo maior partido do Ocidente. Se houver, daqui para a frente, clima de reformulação partidária, o PMDB, por ser o maior, será o mais atingido.

A corrente moderada, mais do que as facções de esquerda, está se reorganizando, sob a liderança de Expedito Machado (ex-ministro de João Goulart). As esquerdas perderam Miguel Arraes (eleito governador de Pernambuco) e Alencar Furtado (derrotado no Paraná). Os moderados ganharam reforços, inclusive de ex-arenistas e ex-pedestistas.

Na Constituinte, a missão do líder Mário Covas é a de evitar o fracionamento, inclusive em questões sócio-econômicas. "Entre buscar apoio na esquerda ou na direita de outros partidos, vou lutar para pacificar as esquerdas e a direita do PMDB" — é o lema de Covas.

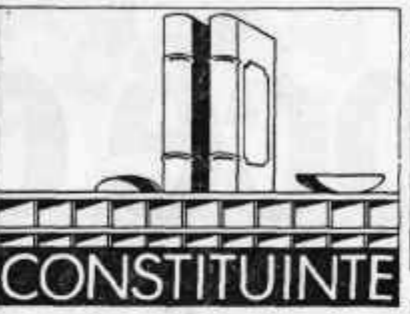
Em abril de 1988 haverá renovação no Diretório e na Comissão Executiva Nacional do PMDB — já com nova Constituição. Será a hora e a vez do PMDB definir e decidir o seu destino.

(Brasília/Agência Estado)



## Em Brasília, a nova 'Babel'

Experimentado na prática parlamentar, o senador Jarbas Passarinho está preocupado com a falta de organização nos trabalhos da Constituinte. Ele reclama do tumulto provocado por parlamentares sobre a mesa, do desvio de interesse de muitos para o trabalho da imprensa, das conversas isoladas, transformando o plenário numa "torre de Babel". Ele diz que Ulysses Guimarães sabe de tudo, e não põe ordem na casa porque não quer.



# Constituinte: a opção pelo centro

CARLOS BRANDÃO

De acordo com pesquisas amplamente divulgadas pela imprensa, dos parlamentares eleitos para a Constituinte em 15 de novembro último, mais de 50% são considerados conservadores, o que autorizaria projetar expectativas de reversão da tendência do avanço do Estado na economia, pela possibilidade de serem assegurados, no texto da nova Constituição, dispositivos visando à prevalência da iniciativa privada na exploração da atividade econômica e ao fortalecimento da livre empresa e da economia de mercado.

Por outro lado, o "discurso" que vem traduzindo a tendência do pensamento que irá predominar na ação do partido majoritário no Congresso, o PMDB, tem concorrido marcadamente para eliminar a citada expectativa liberalizante, o que ficou mais do que evidenciado na fala do presidente eleito da Assembleia Nacional Constituinte, ao tomar posse do cargo, conforme divulgado pelos jornais.

É bom lembrar, ainda, que grupos e setores da sociedade, que combatem o sistema da livre empresa e da economia de mercado, seja por ideias socializantes, seja por só terem capacidade de progredir em um esquema estatal, estão, há muito, se articulando e organizando para, dentro das franquias que a democracia permite, dilatar sua esfera de poder.

Essa articulação é, sem dúvida, confirmada, pelos seguintes anteprojetos completos de uma nova Constituição para o País, os quais certamente estarão presentes nas Comissões responsáveis pela redação da nova Carta Magna: (1) o da Comissão Afonso Arinos, consideradora socialista, estatizante e casuística; (2) o do PT — Partido do Trabalhadores, igualmente socializante e estatizante; e (3) o do PC — Partido Comunista.

Fica mais do que evidente que o futuro do sistema econômico está em jogo, em que pese mais de 50% dos

citados integrantes da Assembleia Nacional Constituinte serem presumidamente conservadores no campo econômico. A divisão de tendências ideológicas na Assembleia, segundo cálculos de alguns constituintes, é a seguinte: 30% são realmente conservadores; 40% são conservadores no campo econômico, mas influenciáveis ("os flutuantes") nos momentos das votações; e 30% são da esquerda, muito bem organizados, unidos e de maior presença, com grande capacidade de arremataram os indecisos, pela persuasão do "discurso distributivista-social", para cujo trabalho já dispõem de textos dos três anteprojetos mencionados.

A classe empresarial não tem tomado nenhuma providência visando a recuperar o tempo perdido, pois não colocou, até agora, à disposição da Assembleia Constituinte sugestões concretas de textos constitucionais. O preço da continuidade da omissão da classe empresarial, para tão fundamental assunto, resultará, com consequência, na sujeição às falácias de outros regimes, encurtando, ainda mais, o caminho para a socialização de nossa economia.

A aprovação da nossa última Constituição elaborada livremente foi em 1946. Agora, ao sugerir a segunda grande oportunidade, é dever de cada um, inclusive dos empresários, procurar levar sua contribuição para elaboração de uma nova Carta Magna, que possibilite a construção de um futuro melhor para o Brasil, principalmente com mais justiça social.

Causa-nos estranheza que este dever de contribuir só esteja sendo considerado normal e desejado quando as sugestões são provenientes de grupos rotulados como de centro esquerda, ou da esquerda, ou seja, que se enquadrem dentro do pensamento, que está se generalizando, de que o conveniente para o Brasil é o distributivismo socializante.

É inegável que, hoje, a nossa vida social se apresenta como uma das maiores do mundo, na medida em que temos cerca de trinta milhões de Brasileiros na absoluta po-

breza. Mas isso é fruto, sem dúvida, da atuação deficiente do Estado, que nas duas últimas gerações descurou completamente das suas funções primordiais nas áreas de saúde e educação, dando mais ênfase à intervenção na área econômica, desviando para esta última recursos que deveriam ser aplicados naqueles setores fundamentais.

As classes conservadoras estão, ao que parece, sem espaço de ação. O ganho de capital, o lucro, em face dessa conjuntura, está passando a ser mal visto, sob o argumento de que há necessidade urgente de se resgatar aquela dívida social, embora nada se faça para evitar a continuidade de seu crescimento. O que prevalece, demagogicamente, é "dar o peixe ao invés da vara para pescar". Esta forma de socialismo é perversa, porque o paternalismo não ajuda a construir uma grande nação. É indispensável que o Estado volte a exercer suas funções próprias, particularmente na área social, para evitarmos uma calamidade maior no futuro.

Com igualdade de oportunidade e o estímulo ao aumento da riqueza e dos lucros, é que teremos o que melhor distribuir. Não se pode distribuir o que não se produz.

Os empresários têm que estar presentes, usando dos seus direitos democráticos inalienáveis, para influir decisivamente na elaboração de nossa Carta Magna. Todos têm este direito e, principalmente, aqueles que detêm grande parcela de responsabilidade na condução dos destinos da Nação. Sem liberdade econômica não há liberdade política.

A classe empresarial não tem utilizado seu grande potencial de reação para evitar a consolidação de um regime político que contraria as tradições históricas do povo brasileiro. Ela precisa se precaver, sem mais perda de tempo, contra tal risco, transformando seu grande potencial em poder efetivo de influenciar, para manter os princípios da livre iniciativa e da economia de mercado. O que pode ser constatado, até o

momento, no entanto, é, unicamente, o lobby empresarial voltado para os interesses setoriais, sem qualquer tipo de proposta envolvendo, de forma abrangente, todos os aspectos da Ordem Econômica e Social na nova Constituição, objetivando preservar e fortalecer a liberdade econômica, para cuja defesa apenas a retórica tem existido.

As responsabilidades com os respectivos negócios, as preocupações com a preservação e fortalecimento de lideranças individuais, setoriais e regionais, vêm dificultando às classes conservadoras somarem, produtivamente, esforços em âmbito nacional, visando o exercício legítimo de seus direitos junto à Assembleia Nacional Constituinte.

A classe empresarial, ao que se sabe, não ofereceu aos constituintes identificados com seus pontos de vista, sugestões e subsídios em relação aos capítulos concernentes à Ordem Econômica e Social, que tratam de matérias tão complexas e muito específicas. Uma simples conceção, uma pequena variação técnica, pode significar o rompimento com instituições milenares, como, por exemplo, o direito de propriedade.

Esta falta de participação dos empresários, deixando de contribuir na elaboração de nossa Carta Magna, com sugestões que guardem relação com a tradição democrática de nosso país, resultará na perda da batalha por parte dos conservadores, já que será aprovado um texto constitucional que consolidará, ainda mais, o avanço do Estado, na economia.

É bom repetir que o "fiel da balança" nas votações da Constituição serão os 40% conservadores no campo econômico, porém influenciáveis nos momentos das votações pelo "discurso distributivista-social". Os votos desses "flutuantes" determinarão se a Constituição será conservadora ou socializante. Quem os conquistará? (Carlos Brandão é ex-presidente do Banco Central do Brasil e presidente da APEC — Associação Promotora de Estudos da Economia.)